

Educação: o desafio vencido

Thaís Marques

Dia 21 de abril de 1960. A Lei nº. 2.874, de 19 de setembro de 1956 estava cumprida. A mudança da Capital Federal para o Planalto Central se efetuará, diante do desafio imposto a todos os brasileiros: a construção de Brasília. De todos os recantos, os brasileiros atenderam à convocação do Governo e começaram a batalha.

As estruturas montadas e, em plena implantação, o Sistema Oficial de Ensino do Distrito Federal.

E assim se estabeleceu:

Antes da construção de Brasília, Planaltina, cidade centenária — a única existente no quadrilátero destinado ao Novo Distrito Federal — já contava com um sistema de ensino oficial e particular, subordinado à Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

De acordo com dados levantados in loco junto a pessoas que, à época, trabalharam como diretores, professores e/ou pais de alunos, existiram em Planaltina as seguintes escolas: no ensino oficial: Grupo Escolar "São Sebastião", cujo primeiro nome foi Grupo Escolar Brasil Caiado. Criado em 1929, passou a se chamar Escola-Classe nº. 1 de Planaltina em 1960, quando da sua inclusão no sistema de ensino da rede oficial do Distrito Federal; Escola Normal Regional "D. Olívia Guimarães", criada em fevereiro de 1950. Hoje, Escola Normal de Planaltina, a partir de 1961; Escola Rural das Palmeiras — incluída no sistema de ensino da rede oficial do DF em 1960.

No ensino particular havia duas escolas: o Colégio Evangélico Presbiteriano, criado em 1926 e extinto em 1953, e Escola Paroquial, criada em 1936, registrada na SEC de Goiás, em agosto de 1938; passou ao Governo do Estado de Goiás, em 1952, com o nome de Escola Reunida São Sebastião, vindo, em 1962, a integrar o sistema de ensino oficial do DF.

Embora sem datas e nomes precisos, Planaltina, então Mestres D'alma, conheceu duas escolas antes das citadas: uma pública (escola isolada), tendo como primeiros professores D. Rita Pereira Salgado e Mestre Tibúrcio Gomes Rabelo; e outra particular, cuja primeira professora foi D. Joana Agneel (Mestre Joaninha).

Além de Planaltina, Brazlândia — antiga fazenda Chapadinha, pertencente à Comarca de Santa Luzia (Luziânia) — também possuía, antes da nova capital, uma escola primária, criada em 1933, mais tarde Grupo Escolar de Brazlândia que, em 1961, passou a integrar o sistema de ensino oficial do DF, como Escola Rural de Brazlândia.

Com a construção de

Brasília, os primeiros aglomerados humanos foram se formando. No início, quase não havia crianças, pois os operários e funcionários vinham só para o Planalto. Só em 1957, começaram a chegar as famílias. A partir de então, o ensino oficial e particular em Brasília tornou-se uma preocupação de todos.

Constituída a Companhia Urbanizadora da Nova Capital representante do poder público, e que, criada em 1956, iniciou a construção de Brasília, esta passou a tomar providências no sentido de atender às necessidades primordiais de educação primária das crianças filhas de seus funcionários e operários. Assumiu a responsabilidade e criou, em fins de 1956, o Departamento de Educação e Saúde, mais tarde Departamento de Educação e Difusão Cultural, com o encargo de promover atividades educacionais até a implantação definitiva do Sistema Educacional do Distrito Federal. E, a 10 de setembro de 1957, inaugurava-se a primeira escola pública de Brasília, o GE-1, depois Escola-Classe Júlia Kubitschek.

Antes da implantação definitiva da administração no atual Distrito Federal, coube ao Ministério da Educação e Cultura, por intermédio de seus órgãos especializados, tomar as medidas mais urgentes relacionadas com o sistema de ensino a ser implantado em Brasília. Por força de decreto, foi instituída, em 1959, no MEC, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília — CASEB, a quem caberia planejar, organizar e supervisionar o sistema educacional da nova capital, bem como um serviço executivo, chefiado por um diretor, coadjuvado por um coordenador do ensino primário, um coordenador do ensino médio e um coordenador de educação física e recreação, encarregados da execução de suas decisões.

Expedido o regimento da CASEB, esta providenciou a seleção de professores do ensino elementar e médio, de âmbito nacional, para o Sistema Educacional de Brasília. Fixada em 16 de maio a data para início do ano letivo, em 1960 foi criada a Fundação Educacional do Distrito Federal, com a finalidade de prestar assistência educacional à população da Capital da República nos níveis elementar e médio. Por regulamento, a FEDF dispunha de órgãos como secretaria, assessoria técnica, departamento administrativo, departamento de ensino médio e departamento de ensino elementar.

Em 1964, por força de lei, ficou estabelecido nova estrutura administrativa para o DF, instituindo a Secretaria de

Educação e Cultura, a quem foi dada a competência do ensino elementar, médio, supletivo, emendativo, atividades culturais e intercâmbio, compondo-se de órgãos centrais (coordenação de educação primária e coordenação de educação média); órgãos descentralizados, com personalidade jurídica (Fundação Educacional do DF e Fundação Cultural do DF); órgãos de deliberação coletiva (Conselho de Educação do DF) e órgãos de natureza local (divisões de educação), além do Gabinete do Secretário. Integrava o Gabinete um serviço de administração, compreendendo as atividades relacionadas com os sistemas de pessoal, material, planejamento e orçamento, racionalização e produtividade, transportes, contabilidade e estatística. Em 1965, foi aprovado o Regimento da SEC, acrescentando à sua estrutura básica um centro de formação e aperfeiçoamento de professores. Em 1971, ficou definida a competência básica dos órgãos da SEC, estabelecendo-lhe uma nova estrutura, além do Gabinete do secretário, ficando: órgão central (Centro de Planejamento); órgãos descentralizados, com personalidade jurídica (Fundação Educacional do DF e Fundação Cultural do DF), e órgão de deliberação coletiva (Conselho de Educação do DF). Ainda em 1971, novo decreto foi baixado, introduzindo várias alterações no Regimento da SEC-DF. Uma delas consistiu em que, a execução das atividades de competência, direta ou indireta, da SEC, passaria aos órgãos descentralizados a ela vinculados.

Foi mantida a estrutura anterior do Conselho de Educação do DF, processando-se uma reforma administrativa do Complexo SEC-FEDF, obedecendo aos princípios de centralização do planejamento, controle e avaliação e descentralização da execução.

De acordo com a nova estrutura básica da SEC, o secretário de Educação e Cultura permanecia como presidente das Fundações Educacional e Cultural. Assim, o secretário era assessorado diretamente pelo chefe de Gabinete e pelo diretor do Centro de Planejamento; enquanto presidente da Fundação Educacional, atuava através dos diretores gerais de Pedagogia, de Administração e de Finanças; enquanto presidente da Fundação Cultural, além de presidir o Conselho, contava com a ação do Diretor Executivo.

Hoje a Fundação Educacional está assim estruturada: Conselho Diretor, cujo presidente é Wladimir Murinho; secretário de Educação e Cultura do DF; Conselho Fiscal, diretor executivo.